

A SEMISSECURITIZAÇÃO NO SUBCOMPLEXO AMAZÔNICO DE SEGURANÇA: EXPLICANDO AS REAÇÕES DO BRASIL FRENTE À MILITARIZAÇÃO DA COLÔMBIA¹

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre²

Introdução

A América do Sul tem sido o espaço primeiro da política externa brasileira, mas, também, contexto central da preocupação e projeção geopolítica e estratégica do país (CERVO, 2009). Contexto de segurança deveras peculiar, a região tende a ser classificada pela literatura de Segurança Internacional e Defesa como uma região pacífica (HURRELL, 1998; BUZAN & WÆVER, 2003; CERVO, 2009).

Apesar de ser um tema comum às agendas de praticamente todos os países do mundo, questões de segurança e defesa são, por vezes, negligenciadas por partes importantes da composição do Estado, como a população e até mesmo o corpo político desses países. No caso brasileiro, por exemplo, ambas as partes dificilmente envolvem-se ou tomam conhecimento das mais diversas dinâmicas de segurança nas quais o país encontra-se imerso, especialmente em âmbito regional.

Segundo Miyamoto (2001), apesar dos avanços alcançados e, embora esteja cada vez mais na pauta do dia, o tema *segurança internacional e defesa* ainda é pouco estudado no contexto da produção de Ciência Política e Relações Internacionais no Brasil. Aspectos concretos dão força a essa mudança. No que tange à América do Sul, a sub-região amazônica tem se tornado o epicentro de conflitos e instabilidade política regional (CEPIK, 2005).

É perceptível, da mesma forma, que existe uma pequena quantidade de

¹ Este texto é uma reorganização, bastante resumida, da dissertação de mestrado de título *O processo de securitização no subcomplexo amazônico de segurança: explicando as reações do Brasil frente à militarização da Colômbia*, defendida e aprovada no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no dia 19 de fevereiro de 2013.

² Aluno de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) na qualidade de bolsista CAPES. Professor do curso de Relações Internacionais da Faculdade Ascens. Membro associado da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Membro da Rede Latino-americana de Geopolítica e Estratégia (RELAGE). Membro do Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial (GEPASM); fabio.f.nobre@gmail.com.

pesquisadores e estudiosos na área e, aqueles que se ocupam de produzir sobre o assunto, muitas vezes destoam em opiniões e posturas, obrigando o leitor a realizar uma profunda reflexão que, por vezes, confunde o menos preparado. Apresentam-se como papel do pesquisador a resolução de dúvidas e o preenchimento dos espaços vazios nos mais distintos foros de debate, no que diz respeito ao conhecimento de todo o tema pertinente à produção da política, no país.

Esta pesquisa concentra-se em responder a uma demanda, no que diz respeito à produção acadêmica, sobre a postura brasileira frente aos desdobramentos do pujante e longo conflito colombiano. Para Cepik (2002), hoje o número de pessoas no Brasil com um conhecimento aceitável sobre a realidade colombiana é “extremamente pequeno, o que dificulta a produção de consenso para uma ação mais assertiva em prol da paz, da democracia e do desenvolvimento”. Tal consenso é prejudicado pela visível ausência de *staff* preparado. Isso significa que outro causador do desinteresse é institucional e diz respeito à especialização, ou seja, inexistem funcionários preparados para tratar desses assuntos. Presos em um labirinto burocrático, de falta de conhecimento institucional e técnico, os parlamentares pouco podem se movimentar em direção à exposição do tema. Procuramos organizar o conhecimento concernente ao único *loophole* na atual situação, a variada produção acadêmica sobre a temática.

Um dos principais conflitos regionais ao qual o Brasil está relacionado, mesmo que indiretamente, é a tal problemática colombiana. Um conflito histórico com mais de meio século de duração, natureza indefinida e objetivos nebulosos. Este trabalho se propõe a realizar a análise do comportamento brasileiro quanto ao supracitado conflito colombiano sob uma perspectiva específica, a da teoria da *securitização*. Essa ferramenta teórica, que é um *speech act*³, nos proporciona a noção de que o discurso desempenha papel central no processo, no tocante a um determinado tema. Dessa forma, torna-se visível a importância de se analisar o âmbito discursivo. Entretanto, o mesmo processo pode estar apresentado de maneira menos formal e explícita, o qual é definido por um caráter emergencial, no que diz respeito às medidas de segurança. Essa ferramenta teórica será a principal base do estudo em questão.

Esse estudo busca solucionar uma questão que é de primordial importância: o que

³ O processo de securitização é o que chamamos, na teoria da linguagem, de ato discursivo. Não é interessante como um sinal se referenciando a algo mais real; a própria ação de pronunciar as palavras é que é o ato. “Através do uso das palavras, algo é feito.” (BUZAN, 1998, p. 26).

representa a militarização da região amazônica, abordando o caráter militar do subcomplexo, em especial a marcante presença estadunidense na Colômbia e o *spillover* do conflito, e se o Brasil a interpreta, ou não, como uma dinâmica de segurança, ou seja, em termos *buzanianos*, se o securitiza. Procura-se explicitar a forma como o Estado brasileiro compreende e reage à presença de uma mobilização militar de grande vulto em uma área de interesse estratégica. Uma vez que a formulação de política externa passa pelas questões fronteiriças, é essencial a existência de uma abordagem em tal esfera.

Com o objetivo de expor uma organização lógica da abordagem teórica seguinte, o trabalho está organizado da seguinte maneira: na primeira seção será exposto o arcabouço teórico e analítico do trabalho, com enfoque na teoria da *securitização*. Em segundo momento, é apresentado um breve histórico do conflito colombiano, e de alguns de seus desdobramentos para o Brasil, com atenção para a participação estadunidense nesse. Em seguida, serão expostos os possíveis exemplos de *securitização* do tema, por parte do Estado brasileiro, no discurso e no âmbito prático. As considerações finais fecham o texto.

O processo de *securitização* como ferramenta teórica

Esta pesquisa tem, por objetivo, a apresentação da postura do debate brasileiro sobre o conflito colombiano, destrinchado e detalhado na próxima seção. Para tanto, nos basearemos em determinada abordagem teórica, que nos servirá como escopo de definições para qualificar cada um dos grupos de autores apresentados.

Tendo ciência da complexidade de um processo semiótico e investigativo, no qual se procura expor o posicionamento de uma série de pensamentos – no nosso caso, um selecionado corpo de atores políticos brasileiros, sobre uma determinada questão, aqui, a problemática colombiana – baseada em uma determinada teoria, a ver a teoria da *securitização*. Destarte, partiremos, nas páginas seguintes, para o reconhecimento de nossa ferramenta teórica, de enorme vulto nos estudos de segurança regional.

O principal dos conceitos apresentados pela Escola de Copenhague⁴ (EC) de Segurança Internacional é o processo de *securitização* e a sua contrapartida, a

⁴ A Escola de Copenhague é um dos principais centros de formação de pensadores do âmbito da segurança internacional e dos Estudos de Paz. A Escola é composta por pensadores pertencentes ao Copenhagen Peace Research Institute (Copri), e é responsável pela inclusão de diversos dos abordados novos temas à agenda da segurança e das relações internacionais, reforçando, ainda, o seu pertencimento ao grupo do construtivismo moderado da disciplina.

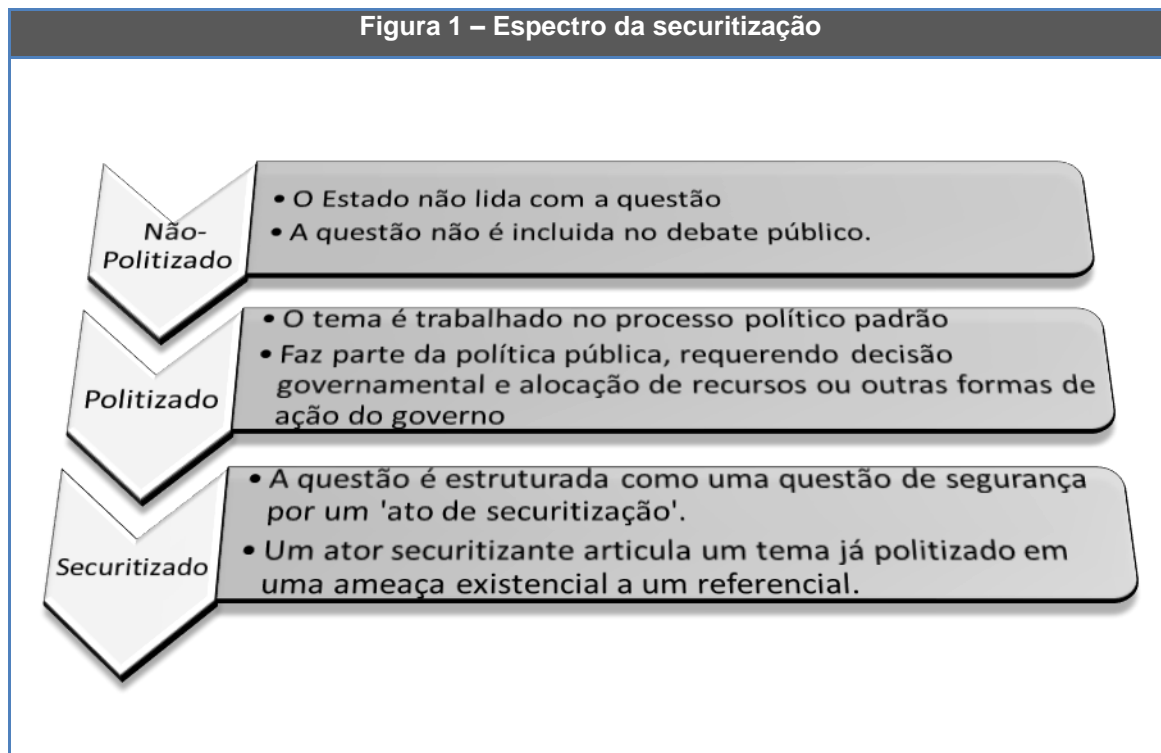
dessecuritização. Tais conceitos representam uma ampliação nos estudos de segurança, por buscarem explicar como uma questão se torna parte de uma agenda de segurança. Ainda assim, na principal obra da Escola – *Security: A New Framework for Analysis* (1998) – os autores definem a segurança internacional em um contexto militar tradicional. Para eles, segurança “[...] é sobre a sobrevivência. É quando uma questão é apresentada como representando uma ameaça existencial a certo objeto referente (tradicionalmente, mas não necessariamente, o Estado, englobando governo, território, e sociedade)” (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998 *apud* EMMERS, 2007, p. 110). Isso dito, a EC identifica cinco pontos essenciais da segurança: a militar, ambiental, econômica, societal e política.

As dinâmicas de cada categoria de segurança são determinadas pelos atores securitizantes – atores que securitizam questões declarando algo, os objetos referentes, como existencialmente ameaçados. Normalmente, esses atores são líderes políticos, burocratas, governos, lobistas e grupos de pressão. Os objetos são as coisas que podem ser existencialmente ameaçadas e têm um clamor legítimo à sobrevivência. Embora variem bastante ao longo das diversas categorias de segurança, os objetos referenciais costumam ser o Estado (segurança militar); a soberania nacional, ou uma ideologia (segurança política); a economia nacional (segurança econômica); identidades coletivas (segurança societal); espécies ou *habitats* (segurança ambiental).

Essa abordagem setorial de segurança, apresentada pela EC, representa um distanciamento dos estudos tradicionais que focava apenas no campo militar. Além da ampliação (*widening*) dos conceitos de segurança com a adição de conceitos não militares, a EC também realiza um aprofundamento (*deepening*), ao tratar de atores não estatais na sua abordagem.

A EC nos proporciona um espectro no qual questões podem ser elencadas. Para a Escola, qualquer tema pode ser não politizado, politizado ou securitizado. Um tema é não politizado quando não é matéria para ação do Estado e não incluído no debate público. Ele torna-se politizado quando passa a ser tratado dentro do sistema político. Um tema politizado faz parte da política pública, requerendo decisão governamental e alocação de recursos ou outras formas de ação do governo. Um fator crucial do processo de securitização é quando um tema é alocado nesse extremo do espectro, e requer ações emergenciais além dos procedimentos padrão do Estado.

Figura 1 – Espectro da securitização



Fonte: EMMERS, Ralf (2010).

O processo de securitização acontece da seguinte maneira: um ator securitizante (i.e. governo, elite política, militar, sociedade civil) articula um tema já politizado como uma ameaça existencial a um objeto de referência (Estado, grupos, soberania nacional, ideologia e economia). Em resposta à ameaça, o ator define que são necessárias medidas extraordinárias que se sobrepõem às normas ordinárias do domínio político. “A securitização é o movimento que leva os políticos além do das regras do jogo estabelecido e estrutura o tema tanto como um tipo especial de política ou sobre a política. Assim, a securitização pode ser vista como uma versão mais extrema da politização.” (BUZAN, WÆVER; DE WILDE, 1998, p. 23, *apud* EMMERS, 2007, p. 111). A dessecuritização, obviamente, concerne ao processo inverso: envolve a alteração dos temas do emergencial para um processo de barganha normal da esfera política.

O processo de securitização é baseado em dois estágios: o primeiro destes diz respeito a retratar certos temas, pessoas ou entidades como ameaças existenciais a referenciais. Esse passo inicial pode ser dado por Estados, mas também por atores não estatais, como movimentos populares, por exemplo. Isso confere aos atores não estatais um papel importante nesse processo. A esse primeiro estágio nos referiremos, nesta pesquisa, como pertencente ao “âmbito formal ou abstrato” da securitização. Esse

movimento costuma ser desempenhado por meio de mecanismos que convençam certas “audiências” de tal ameaça, os quais são foros de discussão, mídia, espaços públicos. Por tais motivos, a securitização é retratada como um *speech act*, e, por isso, trataremos essa fase, por vezes, como o âmbito do discurso.

O segundo momento da securitização ocorre quando as respostas a tal possível ameaça começam a ser executadas. A securitização faz com que o assunto entre naquilo que Buzan chama de *emergency mode*, fazendo com que os assuntos saiam dos processos normais de barganha da esfera política e demandem ação emergencial ou medidas especiais. Por tratar de projetos e políticas que são efetivamente realizadas, além da esfera discursiva e relativamente abstrata, trataremos esse estágio operacional como o “âmbito concreto ou prático” da securitização.

O conflito colombiano e a participação estadunidense

Localizada no noroeste do continente sul-americano e com 1.644 quilômetros de fronteira comum com o Brasil, a República da Colômbia ainda representa um Estado desconhecido por muitos na opinião pública brasileira e uma incógnita para tantos, mesmo no meio acadêmico. Essa realidade, no entanto, parece se transformar nas últimas décadas em uma mudança no eixo da percepção que se deve ao conflito existente naquele país.

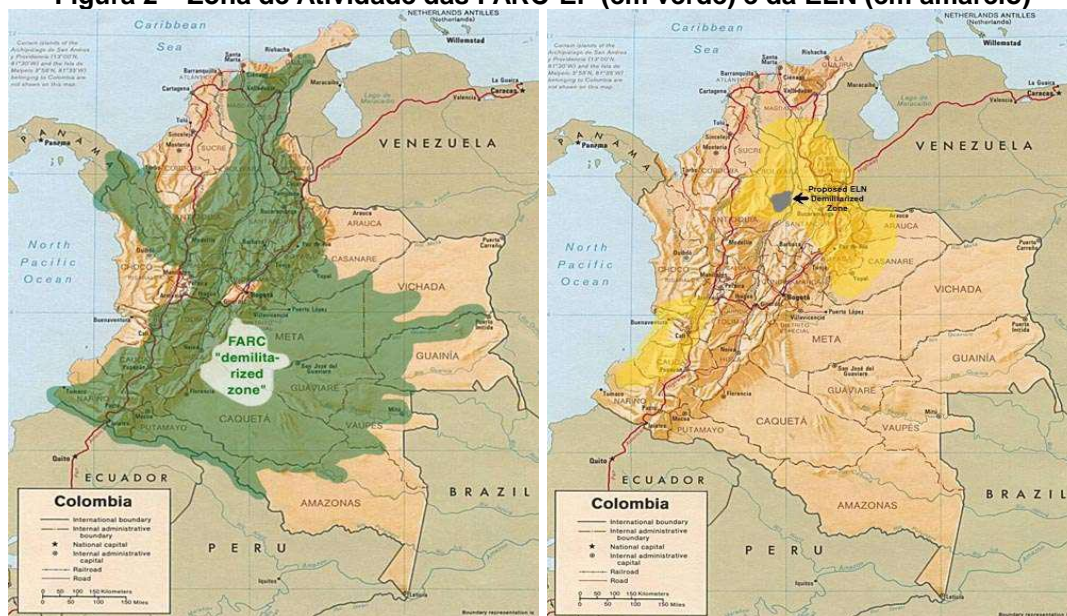
A crise colombiana se arrasta por mais de cinquenta anos, embora suas raízes se confundam com toda a formação nacional da Colômbia. O Estado é historicamente frágil, o seu processo de construção é fundamentado em guerras civis e disputas políticas violentas, como a *La Violencia*⁵, que pautaram um desequilíbrio entre o governo e forças políticas, desequilíbrio este que se acirrou cada vez mais, ao longo dos anos, até tornar-se uma realidade insustentável.

O país tem, atualmente, graves problemas com uma desintegração nacional. O

⁵ *La Violencia* é o nome comumente dado ao evento mais sangrento da história do país, que levou 200 mil pessoas à morte. Foi o resultado do colapso das instituições políticas e sociais da Colômbia e o seu estopim foi a vitória dos conservadores nas eleições presidenciais de 1946. Apesar de já ter causado conflitos duros, *La Violencia* foi ampliada pelo assassinato de Jorge Eliécer Gaitán – um importante líder político popular –, em 1948, acontecimento que causou o levante que ficaria conhecido como *La Bogotazo* ou apenas *Bogotazo*. Tal levante minou a autoridade estatal e acirrou mais ainda as rivalidades políticas. Entre 1948 e 1950, ocorreram mais da metade das mortes de toda a guerra, especialmente nas áreas cafeeicultoras e pecuárias. Mais sobre tais levantes em GONZALES; PANDOJA. *Impacto de “El Bogotazo” en las actividades residenciales y los servicios de alto rango en el centro histórico de Bogotá* (2009). VISACRO. *Guerra Irregular* (2009).

governo não tem controle sobre todas as regiões que formam seu território, uma vez que os grandes grupos narcoguerrilheiros do país controlam várias áreas do Estado. Isso acontece graças a uma tentativa de acordo proposto pelo então presidente Andrés Pastrana⁶, entre as duas partes, segundo o qual os grupos e o governo negociariam certas áreas – chamadas “zonas de despejo”, nas quais não haveria presença de exército ou polícia. O plano era de que os grupos guerrilheiros abandonassem suas atividades ilícitas e passassem a promover a reestruturação dos locais e da sua população, através de atividades que favorecessem o desenvolvimento local⁷. No entanto, ao firmar um acordo de militarização com os Estados Unidos, o governo parece descumprir sua parte, os grupos se rebelam ao sofrer um forte ataque do exército colombiano, e o domínio das áreas foge das mãos do Estado; a essa altura, a política de Pastrana chegou a ficar conhecida como uma “política de mão dupla”. Dessa maneira, o governo terminou por “conceder uma zona desmilitarizada equivalente a 40% do território nacional⁸”.

Figura 2 – Zona de Atividade das FARC-EP (em verde) e da ELN (em amarelo)



Fonte: Rippel (2004, p. 24-25).

A existência de tais grupos com total controle sobre áreas que deveriam estar sob

⁶ Andrés Pastrana Arango – presidente da Colômbia no período de 1998 até 2002.

⁷ O governo de Andrés Pastrana foi marcado pela tentativa de negociação com os grupos armados, em especial as FARC, por estas representarem a maior das forças insurgente na Colômbia. Um exemplo óbvio dessas tentativas de negociações foi a criação de tais zonas desmilitarizadas, onde os líderes do governo e da guerrilha deveriam se reunir para tentar chegar a um acordo em comum, visando ao processo de paz.

⁸ VILLA; OSTOS, 2005. p. 7.

a égide do Estado caracteriza tal desintegração, que é fortemente agravada pela relação de tais grupos com o narcotráfico. São movimentos cujo surgimento oscila entre reivindicar o *status* de movimentos de libertação nacional ou com a simples função de proteger traficantes; para financiar suas ações, tais grupos passaram a desempenhar algumas atividades relacionadas à produção de coca, que pode ser vista no quadro abaixo.

Figura 3 – Produção, em toneladas, de cocaína (Governo Uribe)



Fonte: UNODC (2008).

Tal afinidade entre os grupos guerrilheiros e o narcotráfico tornou a situação colombiana ainda mais precária e, em uma tentativa de combater o problema, o governo acaba por, em 1999, apelar para uma ajuda estrangeira, por parte dos Estados Unidos, o Plano Colômbia.

É válido destacar que a produção de entorpecentes no Estado colombiano crescia sobremaneira, nas décadas de 1980 e 1990, simultaneamente a um processo pelo qual era diminuída nos países vizinhos, através de políticas diretas com investimento americano, em complemento a uma política de substituição de produtos ilícitos por outras culturas. Em especial no Peru e na Bolívia, tais políticas foram eficazes, em particular porque, em tais países, uma política de apoio ao reforço externo parte de seus governos. Ainda assim, as roças de coca migraram fortemente para a Colômbia, enriquecendo os cartéis e alicerçando as ações dos grupos guerrilheiros. Ainda assim, o sucesso nos investimentos estadunidenses nas regiões vizinhas foi um grande ponto de fomento à investida no território colombiano.

O Plano Colômbia é um pacote de combate às narcoguerrilhas, que foi apresentado por Pastrana oficialmente aos EUA, apesar desse país ter participado da sua elaboração em 1999 (no auge da citada política de mão dupla do estadista

colombiano), embora tenha sido apenas ratificado por Uribe⁹ quando o programa de militarização do combate ao narcotráfico foi consolidado. Só após 2001 os narcotraficantes passaram a ser identificados como narcoguerrilheiros. Guzzi¹⁰ resume o plano objetivando os seguintes pontos: “(i) processo de paz; (ii) economia colombiana; (iii) desenvolvimento social e democrático; (iv) luta contra o “narcotráfico”; (v) reforma do sistema judicial e proteção aos direitos humanos” (GUZZI, 2006, p. 62).

Como é perceptível, o pacote não surgira com o objetivo único de militarizar a luta contra o tráfico na Colômbia com força suficiente para exterminar as narcoguerrilhas; além disso, o plano parecia compreender outros âmbitos, como o social e político, além do discurso pró-direitos humanos. Segundo o Estado colombiano, seria um “plano para a paz, prosperidade e fortalecimento do Estado”. Entretanto, ao longo das suas transformações, o Plano Colômbia deixou de lado, paulatinamente, os outros pontos de apoio, concentrando-se no engajamento armado contra os grupos que desestabilizam o país. Isso fica claro, se apontarmos que, na sua gênese, um montante de 76% dos recursos do pacote era voltado para a área social. Entretanto, em um processo que se confunde com o aumento da securitização das políticas estadunidenses, após os ataques de 11 de setembro em Nova Iorque, o plano foi assumindo um caráter puramente militar.

A priorização pela ação militar tem diversos motivos discutíveis: consequências eleitorais de tal postura, uma vez que o eleitorado estadunidense prefere uma ação mais ferrenha; os lucros advindos dessa militarização, já que os armamentos comprados são das corporações americanas e estas exercem *lobbies* no governo; empresariado estadunidense com investimentos na Colômbia que queria assegurá-los com fortes injeções de capital na militarização da nação colombiana presa às armadilhas do poder paralelo da droga e da guerrilha.

Com um apoio funcional da Base de Manta, no litoral do Equador, podemos supor que aproximadamente 500 soldados e agentes de inteligência norte-americanos estariam alocados naquela base para monitorar aviões e plantações ilícitas na região sudoeste da Colômbia, além daqueles que já existem, monitorando ações ou mesmo representando contingente efetivo no Estado colombiano. Com o fim do arrendamento da Base de Manta (Equador) pelos EUA, o acordo sobre novas bases desse país na Colômbia suscitou um intenso debate no Brasil e na América do Sul. A ampliação de bases americanas naquele

⁹ Álvaro Uribe – Presidente da Colômbia desde o ano de 2002 até o ano de 2010.

¹⁰ (2006, p. 62)

país foi interpretada por setores do governo brasileiro como um risco à soberania nacional, em especial à Amazônia, além de impactar fortemente na sensação de insegurança da Venezuela bolivariana.

Figura 4 – Novas bases americanas na Colômbia



Fonte: <<http://www.forcolombia.org/sites/www.forcolombia.org/files/usbasescolombia.jpg>>.

Dessa maneira, como apontam Villa e Ostos,

[...] esse posicionamento geoestratégico tem levado alguns autores a levantar a tese – que a princípio pode parecer exagerada – de que a combinação entre militarização do combate ao narcotráfico e Plano Colômbia estaria operando uma redefinição dos interesses norte-americanos na América Latina. Seria uma estratégia em que Washington, já dominando seu *mare nostrum* caribenho, procuraria agora um controle efetivo dos Andes, “essa terra nossa da América do Sul”.¹¹

Compreendamos, então, essas circunstâncias nos termos conceituais propostos. O Complexo Regional de Segurança Sul-americano talvez seja melhor compreendido, para essa dinâmica, se aprofundado ainda mais, em um subcomplexo andino-amazônico de segurança, uma vez que os países dessa região, por sua vez, compartilham tal dinâmica nas suas agendas de segurança. Tendo essa subdivisão em mente, nos questionamos, frente ao mecanismo teórico utilizado: a participação americana no conflito colombiano ultrapassou os limites da penetração? A pujança da superpotência desarticulou o funcionamento das políticas de segurança dos Estados envolvidos?

O movimento de penetração definitivamente acontece; o complexo regional sul-

¹¹ (VILLA; OSTOS, 2005. p. 10)

americano, dessa forma, funciona nos padrões exatos colocados por Buzan, ou seja, o CRS sul-americano é um CRS padrão, marcado por tensões sociais domésticas, rivalidades regionais e *spillovers* transnacionais, além do intervencionismo de grandes potências, no caso em questão, dos EUA. Esse intervencionismo, na nossa opinião, consiste no processo de *penetration*, apesar de, durante os governos Pastrana e Uribe, ter representado um risco considerável de tornar-se um *overlay*, pelo menos para o subcomplexo em voga.

Contatos na fronteira e a reação brasileira

Percebido como distante da sociedade brasileira, o conflito colombiano segue sempre veiculado pela mídia nacional de maneira superficial ou parcial. Contudo, dois eventos exemplificaram as consequências diretas do conflito colombiano, “o Exército Brasileiro (EB) teve contato com guerrilheiros: uma em 1991, no Rio Traíra, e outra em 2002, nas proximidades de Vila Bitencourt” (RIPPEL, 2004, p. 93). As avaliações sobre o impacto desses eventos para a segurança e defesa nacional brasileira não resultaram em nenhuma mudança na orientação na política de defesa à época.

Uma corrida armamentista na América do Sul causaria, decerto, uma profunda oposição por parte de países vizinhos, entre estes, o Brasil, uma vez que o país objetiva em suas políticas alcançar e/ou manter o *status* de uma liderança e potência regional. Em termos mais concretos, o incremento do poder militar de um Estado vizinho, no caso a Colômbia, e a presença de setores das Forças Armadas estadunidenses próximos às fronteiras brasileiras são importantes variáveis para a formulação das políticas estratégicas e de segurança do Brasil. Apesar da complexidade das situações reais ou hipotéticas nas quais surgem novos riscos ou ameaças para o Brasil, veremos a seguir que os intentos geopolíticos desse país na região vão de encontro com o rumo dos acontecimentos na Colômbia.

Nas últimas décadas, especialmente depois dos entendimentos com a Argentina nos anos 1980, as atenções do corpo militar brasileiro se voltaram para a região. As hipóteses de guerra com que trabalham as FA do Brasil passaram a focar-se na Amazônia e Andes. A militarização de países vizinhos e a intensa mobilização desse aspecto nas sub-regiões em questão também impulsionaram a mudança de eixo na área de atenção das forças brasileiras.

O objetivo a ser explorado nesta seção é apontar quais têm sido as ações tomadas

por parte do governo do Brasil que demonstram uma modificação no seu planejamento estratégico¹² para a região, o que pode ser encarado como uma prova de que a região foi *securitizada*. Após o fim da ditadura militar e resolução dos problemas fronteiriços condizentes ao Cone Sul, cresceu, em grande parcela do pensamento militar brasileiro, a ideia de “cobiça internacional” sobre a Amazônia e passou a existir uma grande promoção da noção do valor dos povos amazônicos e suas riquezas.

Além disso, o aumento da divulgação da crise colombiana e o envolvimento estadunidense nessa problemática trouxeram à tona a importância da ocupação de tal região para a população brasileira, que passou a exigir maior interação do governo com tal área. A questão foi trazida para a opinião pública brasileira e para os tomadores de decisão nos diversos órgãos estatais relacionados a aspectos da estratégia de planejamento amazônico. Destarte, podemos perceber que foi a “iniciativa conjunta dos Estados Unidos e da Colômbia de regionalizar a guerra civil colombiana que despertou no governo brasileiro maior interesse com a segurança e a defesa militar da Amazônia.” (CAVAGNARI *apud* CASTRO, 2009, p. 91).

Um dos principais aspectos relacionados à regionalização do problema colombiano é a incorporação do Peru e Bolívia no contexto da guerra contra as drogas, como é possível observar na figura 3. A injeção de recursos ligados à compra de material bélico, treinamento e pessoal pode ser fruto de falha de percepção por países com os quais Bolívia e Peru mantêm interações estratégicas, como Chile, Equador e Brasil. Para este, a expansão dos pacotes de ajuda estadunidenses, seja por meio do DEA ou do Departamento de Estado, é um item de preocupação para o teatro de operações amazônico. Nesse sentido, a instabilidade na sub-região amazônica projeta questões de insegurança para a área amazônica, historicamente sensível ao imaginário estratégico dos militares brasileiros.

Uma vez que o Brasil demonstrara interesse nos processos de integração da região, passou a predominar, entre alguns autores e membros do corpo militar, a ideia de que, mesmo que nada indicasse, em curto prazo, ameaças de natureza militar que viessem a se apresentar no cenário amazônico, o Brasil deveria investir na busca da capacidade de pronta resposta de suas forças singulares presentes na região amazônica.

¹² Planejamento estratégico será entendido como a “soma de aspectos da política de defesa nacional, da política externa, dos projetos de desenvolvimento sócio-econômico e dos projetos de ocupação e integração territorial.” (CASTRO, 2009, p. 90).

João Paulo Soares de Alsina Jr. alerta que é um mito a noção de que o Brasil não precisa de Forças Armadas com alta prontidão operacional. Para ele, as Forças Armadas precisam “garantir a supremacia militar brasileira no subcontinente, forma de demonstração da vontade nacional de liderar o processo de integração regional.” (ALSINA JÚNIOR, 2008, p. 69).

Visando trazer segurança e desenvolvimento para uma região minimamente povoada, além de aumentar as relações com os países vizinhos, os entusiastas “amazonistas” das FA elaboram e lançam, em 1985, o Projeto Calha Norte (PCN). O garimpo, desmatamento e devastação ambiental, em geral, também colaboraram com o avanço de um projeto dessa natureza; somada a esses fatores, existia a crença, por parte dos militares, de que um grupo indígena binacional – que povoava o Brasil e a Venezuela –, da tribo dos lanomâmi, poderia evoluir para um Estado independente.

O PCN, assim como o Plano Colômbia, não foi originado com o intuito de tornar-se um pacote militar, a grande responsabilidade por tal metamorfose se deu ao pouco interesse dos setores civis na área. Para o General Alberto Cardoso¹³,

[...] o Calha Norte nunca foi um projeto militar, mas sim interministerial, que se baseava em pólos de desenvolvimento. Ficou com cara militar porque, na hora de ir para dentro da selva, só apareceram as Forças Armadas. A ideia, de fato, é retomar o Calha Norte na sua concepção original, com pólos de irradiação de desenvolvimento [...]

O projeto inicial de conclusão do PCN era para 1997, entretanto, esse objetivo não se concretizou e o projeto ficou adormecido até 2000, quando teve seus ânimos reacquecidos pela ativação das ocupações militares do Plano Colômbia. Nesse momento, o Projeto Calha Norte deveria fomentar a criação de quatro novos pelotões de fronteira, com pavilhões militar (40 a 60 homens) e civil (IBAMA, MEC, FUNAI, PF, entre outros), em torno dos quais surgiriam vilas e depois cidades, “vivificando” e tornando perenes as fronteiras. Desse modo, o PCN buscava solucionar um dos maiores problemas para a segurança das sub-regiões, o baixo nível de povoamento.

¹³ Então chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Figura 5 – Novos batalhões criados pelo Calha Norte



Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/toa/ldn/ldn.htm>>.

Outro projeto que torna visível a mudança de eixo das FA brasileiras é o Sistema de Vigilância da Amazônia – o SIVAM – que tem objetivos bastante similares aos do PCN; alguns autores chegaram a dizer que o SIVAM não passava de um Calha Norte melhor equipado e eletrônico. Entretanto, faz-se válido frisar que o sistema buscava ser de grande importância no auxílio da movimentação das tropas, graças à gama de informações geofísicas, biológicas e sociais que se esperava que esse gerasse. A interação entre sistemas de informação e mobilização de tropas deveria criar uma poderosa ferramenta de defesa das fronteiras.

Figura 6 – Sistema de defesa de fronteira



Disponível em: <http://www.defesabr.com/EB/Pelotoes_Fronteira_01.jpg>.

O SIVAM ganhou proeminência com a evolução do problema dos países vizinhos com o narcotráfico, uma vez que a quantidade de voos ilegais crescia em quantidade considerável. Entretanto, foi com o Plano Colômbia que o sistema teve sua maior ampliação, logo que os Estados Unidos intensificaram o combate às já descritas guerrilhas por meio de interceptação aérea. “O SIVAM inclui radares aéreos, móveis e aerotransportados, sensores de terra, redes de telecomunicação e imensos bancos de dados.” (CASTRO, 2009, p. 95).

A preocupação com a região amazônica passa a figurar oficialmente nas instâncias militares quando do lançamento da Política de Defesa Nacional (PDN)¹⁴, em 1996. O documento, que buscava promover o pensamento estratégico brasileiro, já apontava que,

no âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação. (PDN, 2. O QUADRO INTERNACIONAL, 2.12.)

Com o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (END), em dezembro de 2008, o interesse nas sub-regiões amazônica e andina parece renovado e fortalecido. É válido ressaltar que uma das diretrizes do documento exalta a priorização da defesa da região da Amazônia e do seu entorno. A Amazônia representa um dos “focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença”. (END, 2008, p. 7) O documento tenta esclarecer, de maneira absoluta, o repúdio das FA brasileiras quanto a qualquer intromissão de grupos de outros países sob qualquer justificativa. “Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.” (END, 2008, p. 7). A criação desse documento não extingue, mas fortalece outros projetos que já existiam para a região, como o supracitado Calha Norte; para tanto, a END propõe “promoção de ações de presença do Estado na região amazônica, em especial pelo fortalecimento do viés de defesa do Programa Calha Norte;” (END, 2008, p. 7).

Com a consideração desses documentos e posicionamentos, é possível observar um crescimento acentuado da militarização brasileira na região, como aponta o gráfico

¹⁴ “A Política de Defesa Nacional, voltada para ameaças externas, tem por finalidade fixar os objetivos para a defesa da Nação, bem como orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, em todos os níveis e esferas de poder, e com o envolvimento dos setores civil e militar.” (PDN 1, Introdução, 1.2).

abaixo.



Fonte: elaboração própria. Preços e taxa de câmbio em valores constantes referentes a 2008. Disponível em: <<http://milexdata.sipri.org/result.php4>>.

Assim, para o Brasil, as principais respostas para os impactos da instabilidade na região em questão a seu território são ações de caráter policial e militar, na Amazônia brasileira, principalmente nas regiões de fronteira, como vem sendo feito. Na esfera multilateral, a militarização fronteiriça é nociva, pois não envolve comunidades locais no enfrentamento dos problemas e pode gerar desrespeito aos direitos humanos. A saída passa por entendimentos transnacionais e diplomáticos, entretanto o processo de militarização continua sendo fortalecido.

Considerações Finais

O conflito colombiano é um movimento histórico, politicamente enraizado, de natureza indefinida e caráter regional. “Os efeitos regionais da crise colombiana constituem uma realidade que se afirma e para a qual não há perspectiva de resolução de curto e médio prazos.” (CASTRO, 2009. p. 123). A apresentação desta pesquisa buscou demonstrar como essa realidade foi encarada, ao longo dos últimos anos, pelo Brasil, seja como Estado, seja dentro dos debates teóricos da segurança regional.

O que encontramos, destarte, é um tratamento difuso e impreciso sobre “contra quem se arma o Brasil”, deixando o campo aberto e livre para interpretações, muitas vezes errôneas, uma vez que a movimentação militar na região é visível.

Após todo o exercício, creio ser prudente apontar que a presente pesquisa atingiu dois grandes grupos de conclusões. O primeiro diz respeito ao debate teórico, ao chamado estado da arte concernente às relações Brasil-Colômbia, em termos de

securitização. Podemos inferir, da nossa leitura e análise dos trabalhos escolhidos como amostra que, embora não haja consenso sobre securitização, politização ou indiferença quanto ao tema, existe um fator interessante a ser abordado. Todos os autores e estudiosos presentes no grupo dos que creem na securitização são brasileiros, enquanto que os indiferentes estão em grupo variado, e, por fim, os não securitizantes, politizadores em potencial, concentram uma grande maioria de autores latino-americanos, não brasileiros. De tal situação é extraída a primeira grande conclusão do trabalho, a ver, dentro do debate teórico, que os autores brasileiros são aqueles que mais enxergam uma securitização do tema, enquanto, em escala, quanto mais distante do Brasil, menos se vê tal possibilidade. Somos levados a indagar, destarte, que ciência fazemos e que ciência queremos.

Uma conclusão fundamental, também, podemos retirar do exercício de observação e apreciação do desenrolar do Projeto Calha Norte, aliado a uma análise dos documentos de defesa do Brasil. Constatou-se que, apesar da visível securitização que pode ser enxergada facilmente na evolução do projeto e sua transformação em Programa Calha Norte, ela não é sinalizada em âmbito discursivo pelo país. Inferimos, desta análise, que o Brasil tem securitizado, há anos, a sua fronteira com a Colômbia. No entanto, o Estado parece pular o primeiro estágio da securitização, o do discurso, já que não se encontra o discurso securitizante em seus documentos oficiais. Essa situação pode ser consequência de fatores diversos, como o pouco interesse da população pelos assuntos de defesa, ou mesmo o pessoal pouco preparado para tratá-lo, fora da esfera das Forças Armadas. Para que tal situação se enquadre no aparato teórico utilizado, fez-se necessária a criação, ou ajuste, dos termos utilizados. Semisecuritização, como ora apresentado, é a situação em que se encontra o nosso caso.

Não pretendemos, aqui, esgotar o campo de estudo sobre o tema, uma vez que a nossa contribuição se dá, primordialmente, da análise da feita por outros. Propomo-nos a identificar, no debate teórico, a forma como os estudiosos têm percebido a securitização brasileira. Chegamos a esta resposta. Também era o nosso desejo identificar a securitização brasileira, ou a sua ausência, com os nossos próprios argumentos; esse exercício também obteve resposta satisfatória. Apesar de muito difusa e pouco precisa, a securitização está sendo feita no Brasil com pouquíssima ou nenhuma participação da audiência, que deveria ser parte fundamental do processo. Assim como cabe ao Estado aprimorar seu pessoal e prepará-lo para tratar os temas de defesa, cabe ao pesquisador a função de apresentar ao cidadão a importância do tema e relevância da sua participação.

Referências

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, n. 47, p. 201-246, 1999.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Uma Breve História da Geopolítica**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI), 2011.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Política Externa e Poder Militar no Brasil: Universos Paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALTMANN BORBÓN, J. Integración en América Latina: crisis de los modelos regionales y ausencia de certidumbres. In: ROJAS ARAVENA, F.; SOLÍS RIVERA, L. G. (Coords.). **La integración latinoamericana: Visiones regionales y subregionales**. San José: Juricentro, 2006.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2011 – O estado dos direitos humanos no mundo**. Anistia Internacional. Secretariado Internacional. Peter Benenson House. 1 Easton Street. Londres, Reino Unido. 2011.

ARDILLA, Martha. Colombia y Venezuela: entre lo estructural y lo coyuntural. A propósito de la comunidad suramericana de naciones. **Oasis**, n. 11, Centro de Investigaciones y Proyectos Especiales, CIPE, Facultad de Finanzas, Gobierno y Relaciones Internacionales, Universidad Externado de Colombia, p. 71-84, 2005-06.

BAGLEY, Bruce Michael. Narcotráfico, Violencia Política y Política Exterior de Estados Unidos Hacia Colombia en los Noventa. **REVISTA COLOMBIA INTERNACIONAL**, n. 49/50, Departamento de Ciencia Política, Facultad de Ciencias sociales, Universidad de Los Andes, 2000.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa/Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Convênios: Normas e Instruções — 2012**. Calha Norte, Programa/Secretaria de Coordenação e Organização Institucional/Departamento de Administração Interna/Programa Calha Norte. Brasília, 2012.

BRASIL. **POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL**, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 23 jun. 2011.

BRASIL. **POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL**, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm>. Acesso em: 23 jun. 2011.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003.

CANINAS, Oswaldo Peçanha. **A Securitização da Amazônia: Atores e Agendas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2010.

CASTRO, André Dunham de. **A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. Defesa com democracia e desenvolvimento. **Revista Teoria e Debate**, n. 24, mar./abr./maio 1994.

_____. Introdução à defesa da Amazônia. **Carta Internacional**, ano X, n. 107/108, 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

CEARÁ, Diego Barbosa. **Mudando a estratégia: a reorganização militar brasileira na região fronteira com a Colômbia**. – Franca: [s.n.], 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CEPIK, Marco . Segurança na América do Sul: traços estruturais e conjuntura. **Análise de Conjuntura OPISA**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-11, 15 ago. 2005.

_____. Brasil y el Plan Colombia: notas sobre la diplomacia presidencial. **Boletim de Análise de Conjuntura Política**, Belo Horizonte, 4 abr. 2002.

COSTA, Thomaz Guedes da. Brazil's SIVAM: as it monitors the Amazon, will it fulfill its human security promise? **ECSP Report**, issue 7, 2001. Disponível em: <<http://www.ciaonet.org>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

EMMERS, Ralf. Securitization. In: COLLINS, Allan (Org.). **Contemporary Security Studies: second edition**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 109-123.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Projeto Calha Norte visa povoar fronteiras com Amazônia**. Folha Online. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u17219.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Quintão quer elevar verba do Calha Norte**. Folha Online. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u17218.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

FRAGA, Rosendo. Las fuerzas armadas en América Latina hoy. **Nueva Mayoría**, Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2219&Item>

id=38>. Acesso em: 30 abr. 2012.

_____. Implicancias regionales de las bases en Colombia. **Nueva Mayoría**, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2219&Itemid=38>. Acesso em: 30 abr. 2012.

FRANKLIN, Cléber Batalha. **As Relações entre o Brasil e a Venezuela e a Segurança Amazônica**. 1º Seminário de Relações Internacionais e Defesa na Amazônia, realizado pelo NAEA/NUMA/PPGCP/Projeto Consórcio Forças Armadas Século XXI, em Belém, 2007.

_____. **As relações entre o Brasil e a Venezuela em tempos de "Revolución Bolivariana"**. 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Área Temática: 06 – Relações Internacionais. Unicamp, Campinas, São Paulo, 2008.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GUZZI, André Cavalier. **As Relações EUA-América Latina: Medidas e Consequências da Política Externa Norte-americana para Combater a Produção e o Tráfico de Drogas Ilícitas**. São Paulo: Unesp; Unicamp; PUC-SP, mar. 2008.

_____. **A Extraterritorialidade das Forças Armadas Norte-americanas para o Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas na Colômbia**. São Paulo: Unesp; Unicamp; PUC-SP, mar. 2008.

HARBOM, Lotta; MELANDER, Erik; WALLENSTEEN, Peter, (2008). Dyadic Dimensions of Armed Conflict, 1946-2007. **Journal of Peace Research** 45(5): p. 697-710.

HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities: Cambridge Studies in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. *et al.* **Os Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ICG. Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade. **ICG Relatório sobre a América Latina**, Bogotá/Bruxelas, n. 3, 8 abr. 2003.

IISS. **The Military Balance 2010: the annual assessment of global military capabilities and defense economics**. London: International Institute of Strategic Studies, 2010.

INÁCIO, Cesar Dutra. Medidas adotadas pelo governo brasileiro frente ao Plano Colômbia. In: II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (II ENABED): A Defesa Nacional, 2008, Niterói. **Anais [do] II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (II ENABED): A Defesa Nacional**, 2008. p. 1-13.

ISTOÉ. **As forças armadas devem combater a criminalidade:** Entrevista com Alessandro Visacro. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/19178_AS+FORCAS+ARMADAS+D+EVEN+COMBATER+A+CRIMINALIDADE+](http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/19178_AS+FORCAS+ARMADAS+D+EVEN+COMBATER+A+CRIMINALIDADE+>)>. Acesso em: 3 dez. 2012. 2009.

KARL, Robert. **The Politics of Peacemaking in Late Violence Colombia**, 1957-1959, Harvard-MIT-Yale Civil Conflict Graduate Student Conference May 15, 2009.

KLINE, H. F. Colombia. **International security and the United States:** an encyclopedia [compiled by] DEROUEN JR., K. and BELLAMY P. p. 168-189. United Kingdom: British Library, 2008.

KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro:** estrutura militar e ordenamento político (1985-2007). 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LAKE, David, MORGAN, Patrick. **Regional Orders:** Building Security in a New World. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1997.

LUCENA SILVA, Antonio H; TEIXEIRA JR, A. W. M. Rearmamento e a Geopolítica Regional Da América Do Sul: Entre Os Desafios Domésticos e a Autonomia Estratégica. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos – REST**, v. 1, n. 2, p. 18-41, 2009.

MARES, David R. **Violent Peace:** militarized interstate bargaining in Latin America. New York: Columbia University Press, 2001.

McCANN, Frank. **A Nação Armada:** ensaios sobre a história do Exército Brasileiro. Recife: Guararapes, 1982.

McDONALD, M. Constructivism. In: P. D., William (Org.). **Security Studies:** an Introduction. New York: Routledge, 2008.

MEJÍA, Lewis. Los nuevos “tanques voladores” de la Fuerza Aérea del Perú Mi-35 contra Sendero Luminoso. **Defensa y Seguridad – Mercosur**, ano 9, n. 55, 2010.

MENDEL. Cel. William M. A Amazônia Brasileira: Controlando a Hidra. In: **Military Review 2000**. Edição Brasileira. Revista Profissional do Exército dos EUA. Publicada pelo Centro de Armas Combinadas. Forte Leavenworth, Kansas 66027-1293. 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os Estudos Estratégicos e a Academia Brasileira:** Uma Avaliação. Disponível em: <http://www.obed.ufpa.br/pdfs/miyamoto_s_strategic_studies.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013. 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. **Revista Espaço Acadêmico**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009, 2008.

MORAIS, Christian. **Operação Cobra é Pacífica**. Disponível em: <<http://direito2.com/acam/2000/nov/8/operacao-cobra-e-pacifica-diz-chefe-da-pf>>. Acesso em: 4 dez. 2012. 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório anual 2007**. Junta internacional de fiscalização de entorpecentes. Brasília. Disponível em: <<http://www.unodc.org/pdf/brazil/JIFE/OBrasilnoRelatorioJIFE.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório anual do Secretário-geral à Assembleia Geral**. Washington, D.C., maio de 2011. Disponível em: <<http://scm.oas.org/pdfs/2011/AG05411P.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

PECÁUT, Daniel. **As FARC: uma guerrilha sem fins?** Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PUYANA VALDIVIESO, José Ricardo. Colombia frente a los retos del multilateralismo. **Oasis**, n. 11, Centro de Investigaciones y Proyectos Especiales, CIPE, Facultad de Finanzas, Gobierno y Relaciones Internacionales, Universidad Externado de Colombia, p. 85-102, 2005.

RAMÍREZ, Socorro. El Plan Colombia: Impacto Nacional e Regional. **Revista Pensamiento Proprio**, Buenos Aires, Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), Centro de Estudios Globales y Regionales (CEGRE), Universidad de Belgrano, 2003.

_____. Colombia y sus Vecinos. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, Fundación Friedrich Ebert, n. 192, p. 144-156, 2004.

RESTREPO, Luis Alberto. La Difícil Recomposición de Colombia. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, Fundación Friedrich Ebert, n. 192, p. 46-58. 2004.

REVISTA FLAP INTERNACIONAL. **Aviação militar na América Latina**, Edição especial, ano 47, n. 454, 2010.

RIPPEL, Márcio Pereira. O Plano Colômbia como Instrumento da Política Norte-Americana para a América Latina e suas conseqüências. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 83-112, jun. 2006.

RODRIGUES PEREIRA, Julio C. **Análise de Dados Qualitativos**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004.

SAAVEDRA, Boris. Confronting Terrorism in Latin America: Building up Cooperation in the Andean Ridge Region. **Low Intensity Conflict & Law Enforcement**, v. 12, n. 3, p. 156-171, 2004.

SANÍN, Francisco Gutierrez. **Lo Que el Viento Se Llevó?: Los Partidos Políticos y la**

Democracia en Colombia, 1958-2002. Bogotá: Norma, 2006.

SANTOS, Marcelo. **O conflito colombiano e o plano Colômbia**. SENHORAS, Elói Martins; CAMARGO, Julia Faria (Orgs.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2011. (Coleção Relações Internacionais; v. 3).

SIPRI. **SIPRI YEARBOOK 2009**: armaments, disarmaments and international security. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SILVA, Jorge José Góes. Logística e Mobilização Nacional na Amazônia Ocidental: Reflexo para os Pelotões Especiais de Fronteiras. **Cadernos de Estudos Estratégicos de Logística e Mobilização Nacionais**, Rio de Janeiro, Seção de Assuntos de Logística e Mobilização da Escola Superior de Guerra (Brasil), v. 1, n. 1, mar. 2007.

SOTO, Andrés. **Evolución del conflicto interno de Colombia**. Academic paper, Center for Hemispheric Defense Studies. 2001.

SOUZA PINHEIRO, Cel. Álvaro de. Guerrilha na Amazônia: Uma Experiência no Passado, o Presente e o Futuro. **Air & Space Power Journal (ASPJ)**. Portuguese. US Air Force. Washington – DC. 2010.

TAMAYO, Manuel Salgado. **Falacias y Verdades Sobre el Plan Colombia**. Agencia Latinoamericana de Información. Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/993&lang=es>>. Acesso em: 19 out. 2009, 1 nov. 2000.

TAVARES, Rodrigo. **Understanding Regional Peace and Security**: A Framework for Analysis. UNU-CRIS Working Papers, O-2005/17. Disponível em: <<http://www.cris.unu.edu/fileadmin/workingpapers/20051205112546.O-2005-17.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2010, 2005.

TEIXEIRA JR, A. W. M. **De que forma o regionalismo modifica a geopolítica regional de potências emergentes como o Brasil e a Índia? Instituições, polaridade e preponderância**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, 2010. p. 154.

TECHE, Carlos Henrique. **As Transformações nas Forças Armadas Colombianas e os Reflexos para os Objetivos de Defesa do Brasil na Região Amazônica**. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2010.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. Colombia: más inseguridad humana, menos seguridad regional. In: GÓMEZ, José María (Ed.). **América Latina y el (des)orden global neoliberal**: Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 173-199.

UNITED NATIONS, Office on Drugs and Crime. **2008 World Drug Report**. United Nations Publication Sales No. E.08.XI.1: Slovakia, 2008.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to methods for students of Political Science**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1997.

VAZ, Alcides Costa. **Percepções no Brasil sobre o conflito colombiano e de seus reflexos regionais e nas relações bilaterais**: Uma visão preliminar. Bogotá: Universidad de los Andes, 21 out. 2004.

_____. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 75-122, 1997.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

WALLANDER, Celeste A.; KEOHANE, Robert. Risk, threat and security institutions. In: KEOHANE, Robert (Org.). **Power and Governance in a Partially Globalized World**. London; New York: Routledge, 2002.

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations**: the Politics of Reality. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 289 p.